

## SUMÁRIO

### Capítulo I

1	Controle de Constitucionalidade. A Supremacia da Constituição .....	13
---	---	----

### Capítulo II

2	Desenvolvimento Histórico do Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. ....	17
2.1	A Constituição de 1824. Ausência de Controle de Constitucionalidade. ....	17
2.2	A Constituição de 1891. O Controle Difuso.....	19
2.3	A Constituição de 1934. Os Novos Instrumentos.....	21
2.4	A Constituição de 1937. O Retrocesso. ....	22
2.5	A Constituição de 1946. A Conquista.....	23
2.5.1	A Emenda Constitucional nº 16/65. O Controle Concentrado.....	24
2.6	A Constituição de 1967 e a Emenda nº 1, de 1969.....	25
2.7	A Constituição de 1988. A Democratização do Controle Concentrado.....	26
2.7.1	A Emenda Constitucional nº 3/93. A Ação Declaratória de Constitucionalidade e o Efeito Vinculante. ....	27
2.7.2	A Lei nº 9.868/99.....	28
2.7.3	A Lei nº 9.882/99.....	29
2.7.4	A Emenda Constitucional nº 45/04.....	29

### Capítulo III

3	Espécies de Controle de Constitucionalidade. ....	31
3.1	Quanto ao Órgão. ....	31
3.2	Quanto ao Momento. ....	31
3.3	Quanto ao Objeto. ....	33
3.4	Quanto ao Parâmetro Normativo. ....	37

### Capítulo IV

4	Espécies de Inconstitucionalidade. ....	39
4.1	Por Ação ou Omissão. ....	39
4.2	Formal ou Material. ....	40
4.3	Total ou Parcial. ....	40
4.4	Originária ou Superveniente.....	41
4.5	Antecedente (imediata) ou Consequente (derivada). ....	41

## Capítulo V

5	Sistemas de Controle Jurisdicional de Constitucionalidade das Leis e dos Atos Normativos.....	45
5.1	Controle Difuso de Constitucionalidade.....	46
5.1.1	Da Reserva de Plenário.....	47
5.1.1.1	A Súmula Vinculante nº 10.....	53
5.1.1.2	A Vinculação dos Membros do Tribunal.....	55
5.1.1.3	Reserva de Plenário e Turmas Recursais de Juizados Especiais.....	57
5.2	Efeitos da Declaração Incidental de Inconstitucionalidade.....	57
5.2.1	Suspensão da Execução da Norma Declarada Inconstitucional pelo Senado Federal.....	61
5.2.1.1	A Reclamação nº 4.335 do Supremo Tribunal Federal.....	65
5.3	A Súmula Vinculante.....	71
5.3.1	A Lei nº 11.417/06.....	76
5.4	O Recurso Extraordinário e a Repercussão Geral.....	79
5.5	A Abstrativização do Controle Difuso de Constitucionalidade.....	80
5.6	A Coisa Julgada Inconstitucional.....	81
5.6.1	A Coisa Julgada Inconstitucional. Ação Rescisória e Prazo Decadencial.....	87
5.6.2	A Coisa Julgada Inconstitucional e a Execução da Sentença.....	90
5.6.3	A Segurança Jurídica e a Justiça. Ponderação de Valores.....	94
5.7	Controle Incidental e Preventivo de Constitucionalidade.....	96
5.8	Controle Incidental de Constitucionalidade e Ação Civil Pública.....	103

## Capítulo VI

6	Controle Concentrado de Constitucionalidade.....	111
6.1	Introdução.....	111
6.1.1	A Natureza Objetiva do Processo.....	112
6.2	A Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	115
6.2.1	Objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	115
6.2.1.1	Leis ou Atos Normativos.....	115
6.2.1.2	Atos Normativos Municipais.....	118
6.2.1.3	Normas Estaduais de Reprodução Obrigatória.....	120
6.2.1.4	Leis Distritais.....	123

6.2.1.5	Atos Regulamentares. A Inconstitucionalidade Reflexa.....	126
6.2.1.6	Contemporaneidade do Ato Normativo. A Questão da Inconstitucionalidade Superveniente.....	130
6.2.1.7	Tratados Internacionais.....	134
6.2.1.8	Decretos Legislativos.....	135
6.2.1.9	Regimentos Internos.....	137
6.2.1.10	Súmulas.....	137
6.3	Os Legitimados para a Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	138
6.3.1	A Pertinência Temática.....	139
6.3.2	Partido Político e Perda da Representação.....	142
6.3.3	Presidente da República, Governadores de Estados e o Veto.....	142
6.3.4	As Associações de Associações.....	143
6.4	Procedimento.....	143
6.4.1	A Petição Inicial. Requisitos.....	143
6.4.2	Causa de Pedir Aberta.....	144
6.4.3	Indeferimento da Petição Inicial. Competência do Relator.....	146
6.4.4	Desistência. Impossibilidade.....	146
6.4.5	Impedimento.....	148
6.4.6	Imprescritibilidade.....	149
6.4.7	Precedência do Controle Concentrado sobre o Controle Difuso.....	149
6.4.8	Informações.....	150
6.4.9	Intervenção de Terceiros.....	151
6.4.10	Amicus Curiae.....	155
6.4.11	Manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.....	159
6.4.11.1	Advogado-Geral da União.....	159
6.4.11.2	Procurador-Geral da República.....	161
6.4.12	Encerramento da Instrução e Possibilidade de Diligências.....	162
6.4.13	Procedimento Sumário.....	162
6.5	A Decisão de Inconstitucionalidade ou de Constitucionalidade.....	162
6.5.1	Efeito Dúplice ou Ambivalente da Decisão.....	163
6.5.2	Irrecorribilidade de Decisão.....	164
6.5.3	Publicação da Decisão.....	164
6.5.4	A Declaração de Inconstitucionalidade por Arrastamento.....	164

6.5.5	A Transcendência dos Motivos Determinantes. ....	167
6.6	Efeitos da Decisão. A Nulidade Absoluta da Norma Inconstitucional. ....	177
6.6.1	Efeito Repristinatório. ....	180
6.6.1.1	Efeito Repristinatório Indesejado. ....	181
6.6.2	Restrição à Nulidade Absoluta da Norma. A Modula- ção dos Efeitos. ....	183
6.6.3	Modulação de Efeitos da Decisão de Consti- tucionalidade. Impossibilidade. ....	188
6.7	Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucio- nalidade. ....	189

## Capítulo VII

7	A Ação Declaratória de Constitucionalidade. ....	193
7.1	Procedimento. ....	195

## Capítulo VIII

8	O Efeito Vinculante. ....	201
8.1	A Reclamação. Garantia do Efeito Vinculante. ....	204
8.1.1	Natureza Jurídica da Reclamação. ....	205
8.1.2	Os Legitimados para a Reclamação. ....	206
8.1.3	O Efeito Vinculante nas Medidas Cautelares. ....	206
8.1.4	Efeito Vinculante e Poder Legislativo. ....	213

## Capítulo IX

9	Técnicas Alternativas de Decisão no Controle de Constitucionalidade. ....	217
9.1	Interpretação Conforme a Constituição. ....	217
9.1.1	Limites à Interpretação Conforme. ....	222
9.2	Declaração Parcial de Inconstitucionalidade sem Redução de Texto. ....	224
9.3	A Norma Inconstitucional ainda Constitucional. Inconstitu- cionalidade Progressiva ou Apelo ao Legislador. A Norma Constitucional em Trânsito para a Inconstitucionalidade. ....	228
9.4	A Declaração de Inconstitucionalidade sem Pro- núncia de Nulidade. ....	231

## Capítulo X

10	A Inconstitucionalidade por Omissão. ....	233
----	---	-----

10.1	Inconstitucionalidade por Omissão Total e Parcial. ....	235
10.2	A Mora do Legislador. ....	236
10.3	A Ação Direta de Inconstitucionalidade Por Omissão. A Lei nº 12.063/09. ....	237
10.3.1	Legitimados. ....	238
10.3.2	Requisitos da Petição Inicial. ....	239
10.3.3	Procedimento. ....	239
10.3.4	O Advogado-Geral da União na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. ....	239
10.3.5	O Procurador-Geral da República. ....	240
10.3.6	A Medida Cautelar na Ação Direta de Inconsti- tucionalidade por Omissão. ....	240
10.3.7	A Decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. ....	241
10.3.8	As Perdas e Danos na Inconstitucionalidade por Omissão. ....	244
10.4	O Mandado de Injunção. ....	244
10.4.1	Posição Não Concretista. ....	247
10.4.2	Posições Concretistas. ....	248
10.4.2.1	Posição Concretista Intermediária. ....	248
10.4.2.2	Posição Concretista Direta. Geral e Individual. ....	251
10.4.3	Procedimento. ....	258

## Capítulo XI

11	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. ....	259
11.1	Natureza do Controle Exercido na ADPF. ....	262
11.2	Preceito Fundamental. ....	262
11.3	Modalidades de ADPF. ....	266
11.3.1	ADPF Direta ou Autônoma. ....	266
11.3.2	ADPF Incidental ou por Equiparação. ....	267
11.4	A ADPF e a Omissão Inconstitucional. ....	268
11.5	Legitimados. ....	269
11.6	Amicus Curiae em ADPF. ....	270
11.7	Requisitos da Petição Inicial. ....	271
11.8	Subsidiariedade. ....	271
11.9	Fungibilidade. ....	275
11.10	Medida Liminar. ....	276
11.11	Procedimento. ....	276
11.12	Decisão. ....	277

11.13	Modulação de Efeitos. ....	277
11.14	Irrecorribilidade da Decisão. ....	278

## Capítulo XII

12	A Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.....	279
	Referências .....	283